

PROGRAMA DE GOVERNO



GOVERNADOR

**RENATO
CASAGRANDE**

VICE **JAQUELINE MORAES**

**É HORA DE VOLTAR
A CRESCER**

COLIGAÇÃO ESPÍRITO SANTO MAIS IGUAL

PSB, PSDB, PPS, PSC, PROS, DEM, PDT, PCdoB, PHS, PP, PV, PTC, SD, PRP, AVANTE, DC, PSD, PPL.

Apresentação.....	4
Diretrizes do Plano de Governo.....	4
Áreas estratégicas:	8
Qualidade de Vida: Uma vida melhor para todos os capixabas.....	8
Educação.....	9
Saúde.....	13
Segurança.....	16
Meio Ambiente e Gestão das Águas.....	19
Habitabilidade.....	22
Mobilidade Urbana.....	23
Proteção Social e Direitos Humanos.....	26
Políticas para a Juventude.....	28
Direitos Humanos e Cidadania.....	30
Cultura, Turismo, Esporte e Lazer.....	31
Nova Economia: Oportunidade para todos os capixabas.....	33
Emprego, Trabalho e Renda.....	34
Ciência, Tecnologia e Inovação.....	36
Educação profissional.....	38
Desenvolvimento Regionalmente Equilibrado.....	39
Desenvolvimento Agrícola Sustentável.....	41
Infraestrutura e Logística.....	43
O Estado do Fazer: Capacidade de gerar resultados para todos os capixabas.....	45
Gestão Moderna e Inovadora.....	46
Ética e transparência.....	47
Responsabilidade Fiscal.....	48

É no compromisso de realizar uma gestão inovadora e moderna que o Programa de Governo “É hora de voltar a crescer”, vem a público afirmar os fundamentos e diretrizes gerais de um novo plano de trabalho para o Espírito Santo, com o qual se compromete com o crescimento e desenvolvimento econômico no Estado e o bem-estar da população capixaba.

Não se trata, ainda, de um programa de governo definitivo. Afinal, o próprio processo de debate com a sociedade, parte essencial da campanha eleitoral, será responsável pelo detalhamento de propostas, objetivos e metas que irão compor a versão final do plano de trabalho do candidato à governador Renato Casagrande e dos partidos coligados, para o período 2019/2022. Trata-se, aqui, dos compromissos políticos e administrativos, da visão de futuro e dos valores que irão orientar o debate com os capixabas e a formulação do novo programa de governo.

Na elaboração deste documento foram considerados, além das informações, demandas e sugestões acumuladas nas “Conversas sobre o futuro” realizadas em todas as regiões do Estado, os principais indicadores de desempenho da administração estadual, bem como seus respectivos fundamentos programáticos, os projetos em curso e o diagnóstico social, político e econômico do Espírito Santo em 2018, com as perspectivas, potencialidades e ameaças que podem ser antevistas. A partir dessa base, este documento discorre sobre as principais propostas e Diretrizes Estratégicas que fundamentam os Eixos Estratégicos do planejamento para um novo período de governo.

DIRETRIZES DO PLANO DE GOVERNO

- Ética e Transparência
- Democracia de alta Intensidade
- Responsabilidade Fiscal e Social
- Desenvolvimento Regional e Equilibrado
- Sustentabilidade
- Gestão Moderna e Inovadora

O planejamento da gestão pública deve ter compromissos claros com valores, objetivos e diretrizes estratégicas.

São essas diretrizes que nortearão a escolha dos projetos a executar, privilegiando a busca da eficiência em lugar da opção por critérios de caráter circunstancial ou meramente eleitoral. Relacionamos, abaixo, as diretrizes estratégicas que irão orientar os debates ao longo de todo o processo de detalhamento do programa de trabalho para um novo mandato do candidato à governador Renato Casagrande:

• **Sustentabilidade** – Esta é a base e o critério fundamental para o desenvolvimento de todas as proposições de projetos e ações de governo, bem como para as políticas de estímulos ao investimento privado. Todo investimento – público e privado – deverá explicitar seu balanço de uso e preservação ou renovação dos recursos naturais, bem como contribuir com os princípios do desenvolvimento sustentável em total respeito às gerações futuras. O crescimento da renda e do emprego serão incentivados, mas sua contribuição para a redução das desigualdades sociais e regionais, aliada à melhoria das condições ambientais, será sempre considerada elemento decisivo na tomada de decisão sobre cada investimento.

• **Democracia de alta intensidade** – A democracia de alta intensidade requer mecanismos de regulação do Estado, sem os quais a alocação dos recursos públicos acaba sendo orientada apenas pelas forças do mercado. Assim, o debate constante com todos os segmentos sociais – identificando suas demandas e prioridades e tornando cada cidadão protagonista em seu espaço de atuação – tem papel fundamental para o equilíbrio social dos processos decisórios na área pública. De fato, um dos grandes feitos da democracia brasileira foi a criação de canais cada vez mais ágeis para uma participação ativa da sociedade nas decisões dos governos. E o processo de desenvolvimento adequado a um sociedade organizada com base nesses princípios requer administrações públicas com ampla capacidade para o diálogo. As audiências públicas regionais, participação de conselhos e comitês, devem somar-se à criação de novos espaços presenciais e online para informação, prestação de contas e apresentação de demandas e novos canais de interação nas redes sociais, intensificando ainda mais os mecanismos de diálogo com a sociedade que vão incluir no processo decisório os movimentos sociais, sindicatos, igrejas, instituições do Estado, organizações não governamentais, associações de moradores e outras entidades capazes de captar e sistematizar a demanda coletiva.

• **Ética e Transparência** – A cultura de que tudo que é público deve ser do conhecimento geral pode, deve e será ainda mais estimulada no Espírito Santo. Afinal, a participação social só alcançará seus objetivos com o fortalecimento constante da democracia e dos direitos do cidadão. Isso exige a plena divulgação de todas as ações das administrações e dos dirigentes públicos. Mas exige também a capacitação dos cidadãos e das lideranças para a compreensão da árida linguagem das normas, dos programas de trabalho e da contabilidade pública. Só assim a contribuição de todos poderá ser plena e consciente. Participação social, ética e transparência são pilares fundamentais para a gestão democrática que será detalhada e implementada a partir destas diretrizes.

• **Responsabilidade fiscal e social** – Esta é uma diretriz que deve presidir as decisões diárias do governante e de seus servidores, e que vai além da obediência aos parâmetros legais.

Numa administração voltada para a promoção econômica, humana e social é preciso manter monitoramento constante dos gastos públicos, para garantir o alinhamento dos investimentos com as demandas da sociedade. Além disso, os segmentos sociais vulneráveis, a despeito da grande evolução da nossa sociedade no último século, ainda ficam à margem do padrão atual de qualidade de vida. Corrigir essas distorções foi uma das prioridades no período de 2011 a 2014, que alcançou resultado inédito de reduzir em quase 50% a pobreza absoluta no Estado, em pouco mais de três anos de trabalho. No detalhamento do programa de governo, esses segmentos mais necessitados da ação pública serão diretrizes estratégicas de tudo que será realizado nos próximos quatro anos.

• **Desenvolvimento regional equilibrado** – Compreende-se que há uma tendência natural do sistema econômico de concentrar a produção em determinados espaços, seja devido à oferta de infraestrutura – inclusive de mão de obra especializada –, seja por avaliação das condições logísticas. Mas é certo que tal concentração territorial não atende aos objetivos de um desenvolvimento integrado e equilibrado de todo o Estado e condena regiões inteiras ao atraso e à baixa qualidade de vida. Equilibrar e distribuir o processo de desenvolvimento e os benefícios sociais dele derivados por todo o território capixaba foi um dos compromissos centrais no primeiro mandato. E deve ser objetivo reforçado e ampliado nesse novo período de gestão. Assim, a preocupação com ações nos municípios de economia mais deprimida torna-se também um princípio norteador do debate sobre detalhamento do plano de governo.

• **Gestão Moderna e Inovadora** – Uma das principais transformações ocorridas no cenário institucional do Estado foi a adoção de um modelo baseado na gestão estratégica e na gestão para resultados diretamente para a população. Nesse sentido, este documento vem reforçar essas bases na intenção de promover a cultura da gestão para resultados no âmbito do Estado do Espírito Santo. A inserção de novas práticas e ferramentas que possibilitem a comunicação e entregar cada vez mais resultados para a população será uma das prioridades desse Governo.

QUALIDADE DE VIDA: UMA VIDA MELHOR PARA TODOS OS CAPIXABAS

- Educação
- Saúde
- Segurança Pública
- Meio Ambiente e Gestão das Águas
- Habitabilidade e Mobilidade Urbana
- Proteção Social e Direitos Humanos
- Cultura, Turismo, Esporte e Lazer

NOVA ECONOMIA: OPORTUNIDADE PARA TODOS OS CAPIXABAS

- Emprego, Trabalho e Renda
- Ciência, Tecnologia e Inovação
- Educação Profissional
- Desenvolvimento Regionalmente Equilibrado
- Desenvolvimento Agrícola Sustentável
- Infraestrutura e Logística

O ESTADO DO FAZER: CAPACIDADE DE GERAR RESULTADOS PARA TODOS OS CAPIXABAS

- Gestão Moderna e Inovadora
- Ética e Transparência
- Responsabilidade Fiscal

EDUCAÇÃO

É consenso que a Educação é a chave para o futuro e constitui uma das principais fontes para o crescimento econômico sustentado ao longo do tempo, ao favorecer a melhoria da qualidade de vida e bem-estar das pessoas.

Contudo, a perspectiva de sociedades cada vez mais organizadas em torno de tecnologias e modelos digitais de produção e consumo impõe novos desafios às formas tradicionais de aquisição de conhecimentos e experiências, em particular para os jovens que compõem uma geração de nativos digitais da era da informação. Mesmo em comunidades vulneráveis e com baixos índices de desenvolvimento humano, a nova ordem tecnológica já repercute impactos relevantes.

Nesse cenário, a presença do Estado como promotor, indutor e garantidor de igualdade de oportunidades é o caminho para se alcançar o equilíbrio nessa nova sociedade.

A política pública deve preparar, o mais rápido possível, a base para a transformação educacional que reflita os novos paradigmas que se apresentam. E tal preparação deve ser feita com ampla participação social, notadamente dos profissionais da educação do Estado do Espírito Santo.

Entretanto, ao se fazer um breve diagnóstico da educação pública a cargo do governo do estado, chega-se a uma triste realidade: houve um recuo imenso dos valores alocados pelo governo do estado nos últimos 4 anos:

INVESTIMENTOS EM EDUCAÇÃO

2011	2012	2013	2014
R\$ 137 milhões	R\$ 129 milhões	R\$ 125 milhões	R\$ 182 milhões
2015	2016	2017	2018
R\$ 63 milhões	R\$ 51 milhões	R\$ 57 milhões	R\$ 46 milhões
			(até abril)

Como resultado, tivemos uma diminuição também dramática na realização de matrículas, saindo de cerca de 300.000 para cerca de 250.000, o que gerou uma perda aproximada de menos 50.000 matrículas efetuadas no estado.

Essa redução de turmas e vagas decorre também do fechamento de 50 escolas, acarretando transtornos e impossibilidade da frequência escolar de muitos jovens. Ainda, atingiu fortemente o turno noturno (150 escolas deixaram de ofertar vagas) e a oferta de Educação de Jovens e Adultos - EJA que teve queda de 5 mil para 1 mil turmas. E o que é pior, atingiu mais duramente aqueles que são mais vulneráveis no processo educacional: os jovens com defasagem idade/série e os jovens das regiões onde o atendimento já era precário.

Os resultados do Programa de Avaliação da Educação Básica do Espírito Santo (PAEBES) não mostram um avanço significativo nos indicadores educacionais do Estado. Investimentos localizados em algumas escolas para implantação do regime de tempo integral (Programa "Escola Viva") resumem as ações do governo nos últimos quatro anos. Em que pese a necessidade de se avançar no atendimento da criança e do jovem em tempo integral, essa política foi realizada sem a necessária discussão e construção coletiva com a comunidade escolar e com a sociedade em geral, gerando resistências a sua implantação e colocando em risco essa importante política pública.

As escolas em geral, mas em particular as de periferia, tem um cotidiano cercado de violência, baixa cidadania e medo, entre os alunos e para com os servidores, de forma a ameaçar ou até inviabilizar o correto funcionamento das unidades.

A superconcentração de decisões e definições na sede da SEDU, retirando o protagonismo das unidades escolares e das superintendências regionais, "pasteuriza" a política pública e a torna distante e irreal, com graves consequências no cotidiano escolar.

No que diz respeito à escola, reconhece-se sua centralidade em relação aos fatores agravantes das condições de vida e evolução da juventude. Por isso, será necessário realizar um grande esforço próprio e junto aos governos federal e municipais, para ampliar a oferta de vagas no ensino médio e, principalmente, no ensino profissional médio e universitário. Em paralelo, a "comunidade da educação" será estimulada a tornar a escola mais atraente, seja revisando currículos, seja desenvolvendo novas práticas pedagógicas ou, ainda, ofertando atividades esportivas e culturais, também fundamentais para uma formação humanística mais adequada. O ensino profissional das áreas tecnológicas deverá merecer prioridade, tendo em vista a redução de

significativas deficiências verificadas em nosso Estado neste segmento de ensino, além da importância para o ingresso no mercado de trabalho.

Propostas

- Realizar investimentos em reformas da infraestrutura e aquisição de equipamentos para as escolas da Rede, transformando-as crescentemente em ambientes de elevada cidadania (sentimento de proteção social pela presença do Estado);

- Capacitar os profissionais da educação, especialmente em nível de pós-graduação (lato e stricto sensu) e por meio de intercâmbio com os melhores sistemas de ensino;

- Promover concurso público, a fim de aumentar o engajamento do docente para a melhoria da qualidade do ensino na Rede;

- Desenvolver ações de valorização e qualificação da educação do campo, visando à redução das assimetrias de qualidade entre as escolas urbanas e rurais e promovendo formação cidadã e emancipadora também nas comunidades rurais;

- Fortalecer e ampliar a Educação de Jovens e Adultos (EJA), a partir de sua integração efetiva com ações de profissionalização (capacitação para o trabalho), inserção socioprofissional (intermediação para o emprego) e do reconhecimento de saberes e competências na perspectiva da aprendizagem ao longo da vida (foco na história pessoal e no projeto de vida do cidadão);

- Fortalecer e ampliar a escola em tempo integral, garantindo a participação dos profissionais da educação e das comunidades no aprimoramento dessa importante política pública;

- Implementar uma educação inovadora, com foco na inclusão e no empreendedorismo, preconizando: Inclusão digital em todas as escolas estaduais, por meio de programas para diferentes realidades do Estado;

- Tornar a educação do Espírito Santo em referência nacional e internacional, com uso das novas tecnologias;

- Incentivar a formação tecnológica dos jovens rurais, por meio do apoio técnico e financeiro à rede de escolas que adotam a pedagogia de alternância (Escolas do MEPES);
- Implementar formação para os educadores nas áreas definidas pelas diretrizes curriculares nacionais para a educação das relações ético raciais e ensino de história e cultura afrobrasileira, africana e indígena;
- Retomar o projeto “Coordenadores de Pais”, projeto de acompanhamento dos pais nas atividades escolares, garantindo o elo entre a escola, a família e a comunidade;
- Promover um amplo debate sobre o plano estadual de educação e seus reflexos no desenvolvimento social e econômico do Estado do Espírito Santo;
- Ampliar a oferta de ensino de línguas e de oportunidades de intercâmbio profissional para estudantes e profissionais da educação;
- Fortalecer do Programa “Nossa Bolsa” e “Bolsa SEDU”, priorizando a população de baixa renda;
- Criar Políticas Educacionais que garantam o enfrentam da homofobia, machismo e racismo e todos os tipos de preconceitos dentro das escolas;
- Fortalecer e reestruturar o Programa Educacional de Resistência às Drogas – PROERD nas escolas públicas estaduais;
- Fortalecer o atendimento da “Patrulha Escolar”;
- Implementar ações especiais visando facilitar o acesso e permanência, bem como a melhoria do desempenho de crianças e adolescentes da população negra, indígena e demais grupos sociais em todos os níveis da formação escolar, considerando as modalidades de educação de jovens e adultos e educação especial.

A crise econômica pela qual passa o país tem contribuído em muito com o aumento da demanda pelos serviços de saúde no Espírito Santo o que agrava ainda mais as condições e a capacidade do SUS em dar respostas a este problema. Durante o período do nosso governo, 2011-2014, avançamos bastante no aumento e na qualificação dos serviços de saúde, tanto nos indicadores de melhoria da saúde da população quanto na significativa expansão do atendimento, dado o elevado nível de investimentos e de ampliação e qualificação do quadro de profissionais. Entretanto nos últimos três anos e meio o que vimos foi uma redução significativa nas ações e investimentos, o que desorganizou consideravelmente a oferta de serviços. Nos próximos anos, o equilíbrio entre o aumento da oferta de serviços e ações que qualifiquem e tornem eficientes os serviços de saúde constitui o principal desafio que orientará este plano de Governo.

A coexistência de três esferas administrativas (União, Estados e Municípios) no comando do Sistema Único de Saúde – SUS traz como imperativo a negociação permanente entre os gestores, e define uma função estratégica de condução político institucional para a ação do governo do Estado. O subfinanciamento da saúde pelo Governo Federal, principalmente no que tange ao congelamento da tabela SUS, afeta de sobremaneira a capacidade de Estados e Municípios em manter níveis necessários de investimento para manutenção e melhoria do sistema de saúde pública. A capacidade de negociação também é essencial na relação com os prestadores públicos e privados, responsáveis pela oferta de serviços de saúde à população, sob a responsabilidade sanitária do gestor. Portanto estabelecer um diálogo permanente e propositivo com os diversos atores será determinante para os avanços pretendidos.

De forma mais direta, registra-se abaixo as orientações para formulação da carteira de projetos para esta área:

- Consolidar o conceito de redes de atenção regionalizadas, que ao término de nosso governo estavam com suas estruturas físicas praticamente concluídas, implantando serviços de média complexidade, regionalmente distribuídos, e aperfeiçoar a qualidade do atendimento;
- Fortalecer os serviços de urgência e emergência, que têm no SAMU-192 um dos principais pilares de sustentação;

- Adequar às estruturas físicas de nossa rede própria ofertando melhores condições de trabalho aos servidores da saúde e um melhor acolhimento aos pacientes;
- Ampliar a oferta de leitos hospitalares e qualificação do cuidado assistencial em toda a rede de saúde própria, contratada pelo SUS e Entidades Filantrópicas, incluindo construção, reforma e ampliação de unidades;
- Implantar o Serviço Móvel de Apoio Diagnóstico Especializado;
- Criar o serviço estadual de Home Care de alta e média complexidade;
- Implantar o Programa Saúde da Pessoa Idosa – com atendimento diferenciado nos três níveis de atenção à saúde das pessoas idosas;
- Estruturar o Serviço de Telemedicina no âmbito da rede estadual e apoiar o uso desta tecnologia na rede básica dos municípios;
- Incentivar a adoção de hábitos saudáveis, prática de atividades físicas, controle da obesidade, melhoria do controle e fiscalização de produtos com impacto na saúde;
- Apoiar a atenção primária em todos os municípios, ampliando o acesso e a qualidade dos serviços, garantindo portas de entrada para a urgência e emergência, bem como apoio para o diagnóstico e a assistência farmacêutica integral;
- Incentivar programas de cooperação e melhoria da gestão municipal de saúde;
- Capacitar os operadores de saúde, com foco nos programas de prevenção e saúde da família;
- Incorporar o uso de inovação e de medicina de alta tecnologia no sistema estadual de saúde;
- Implantar parcerias com as instituições de ensino para qualificar a formação de alunos e aperfeiçoar profissionais da rede estadual de saúde;

- Promover o uso de tecnologias para facilitar o acesso aos serviços de saúde: agendamentos online (consulta, vacinas, prontuário eletrônico);
- Promover estudos e pesquisas vinculados a saúde da população LGBT que permitam obter indicadores de suas condições sociais e de saúde, com vistas à fundamentação da construção de políticas públicas específicas;
- Fortalecer a política de Saúde Mental;
- Fortalecer a Vigilância em Saúde e atuar em parceria com os municípios nas ações de combate a endemias, bloqueios e cobertura vacinal.

Não há dúvida de que uma política eficiente de Segurança Pública é um elemento fundamental para promover mudanças necessárias à concretização da cidadania. A proteção à vida, assim como à integridade física e material, reveste-se de requisito fundamental para que as pessoas possam ampliar suas capacidades e exercer de maneira efetiva suas liberdades.

Diante de um cenário sabidamente complexo e desafiador, não há outro caminho a ser trilhado se não por um planejamento eficaz que vise impactar decisivamente no problema da criminalidade. Com este propósito, em 2011 foi implementado o maior Plano Estadual de Segurança Pública do Espírito Santo – o Programa ESTADO PRESENTE em Defesa da Vida. As condições encontradas não eram suficientes para fazer frente a crescente onda de violência que tomou o Espírito Santo na década anterior, período em que o Estado destacou-se negativamente no cenário nacional figurando como o 2º estado mais violento do país; com indicadores muito superiores à média brasileira o Espírito Santo, em 2009, registrou 58 assassinatos para cada grupo de 100 mil habitantes, um cenário de guerra civil, segundo a Organização das Nações Unidas – ONU. Foi preciso muito trabalho e empenho pessoal para resgatar a autoestima dos nossos policiais, recompor a capacidade de resposta das polícias Civil e Militar e incluir ações de prevenção à violência na agenda da Política de Segurança Pública, mas valeu a pena. Ao final de 2014 o Estado registrou o menor índice de violência letal dos últimos 21 anos. Pela primeira vez na história a espiral de violência foi interrompida e o Espírito Santo deixou de figurar entre os Estados mais violentos do país. Apesar dos avanços com o Programa Estado Presente, a descontinuidade da política de segurança pública pela atual gestão trouxe de volta um cenário de medo e violência, risco e vitimização que exigirá do próximo governo dedicação e esforço para trazer de volta a tranquilidade para a sociedade capixaba.

Para devolver segurança e a tranquilidade para as famílias capixabas

A descontinuidade da Política de Segurança Pública pelo atual governo trouxe sérias consequências para o cotidiano das famílias capixabas, atingindo diretamente a qualidade de vida das pessoas e afetando o núcleo básico de seus direitos: a vida e a integridade física e material.

O desmonte da capacidade de resposta das instituições policiais e os elevados índices de violência e criminalidade que ainda persistem, apontam para a necessidade de reconstrução da Política de Segurança Pública a partir

das estratégias e metodologias experimentadas, aperfeiçoando e ampliando as intervenções do Programa Estado Presente. Neste sentido, novas ações serão implementadas e outras ampliadas, dentre as quais podemos citar:

- Reimplantar o Programa Estado Presente como modelo de gestão da Política de Segurança Pública aprimorando suas estratégias e ações de controle e prevenção a violência com atenção especial ao enfrentamento dos crimes letais intencionais, ao crime contra o patrimônio, ao tráfico de drogas, à segurança no meio rural e à rede de proteção as pessoas em vulnerabilidade social, com foco na situação do jovem e da mulher;

- Recompôr a capacidade de resposta das agências policiais visando com isso a garantia de uma maior sensação de segurança à sociedade capixaba, bem como aumentar o índice de resolutividade dos procedimentos das polícias;

- Reimplantar o programa Patrulha da Comunidade com base na ampliação do reforço da presença ostensiva da Polícia Militar em áreas de grande circulação de pessoas, visando reduzir especialmente os crimes de roubo e latrocínio;

- Recriar as unidades especializadas – BME e da ROTAM com objetivo de recuperar a capacidade de resposta da Polícia Militar com equipe especializada para apoio às unidades operacionais em ocorrências com risco a vida e em operações em locais com altos índices de criminalidade;

- Fortalecer as atividades desenvolvidas pelas Delegacias Regionais com plantões 24h para dar um melhor atendimento à população no registro de ocorrências e melhorar os indicadores de resolutividade de investigações;

- Reforçar ou implantar Delegacias Distritais e Companhias da Polícia Militar em locais com altos índices de criminalidade e grande concentração populacional;

- Ampliar as estruturas da CIODES Metropolitano e do Sul do Estado, bem como implementar o CIODES no Norte do território capixaba, aprimorando a gestão operacional da segurança pública, por meio de um modelo multiorganizacional, contribuindo para melhoria do atendimento de urgência e emergência à população capixaba;

- Implantar o Sistema Integrado de Informações e Análise Criminal para

apoiar a gestão operacional e estratégica da Segurança Pública;

- Investir em tecnologia para apoiar as atividades policiais com novas ferramentas de gestão e de atuação;

- Levar o programa “Olho Digital” e o “Cercos Inteligentes de Segurança” (videomonitoramento) para outros municípios do Estado;

- Implantar o Centro Integrado de Polícia Técnico-Científica na Região Metropolitana da Grande Vitória, com ênfase no aumento da qualidade da prova material, através de equipamentos avançados e processos bem definidos, com isso dando maior efetividade e celeridade aos processos investigativos;

- Expandir o serviço de Polícia Técnico-Científica no Norte e Sul do Estado, com infraestruturas de seção de perícia criminal, seção médico-legal e seção de identificação, melhorando a capacidade de atendimento à população dessas regiões, sobretudo nos casos de morte violenta e acidentes automobilísticos;

- Qualificar o enfrentamento ao tráfico de entorpecentes com objetivo de combater as estruturas da macrocriminalidade e descapitalização dos grupos criminosos;

- Ampliar o atendimento especializado a mulher vítima de violência com delegacias especializadas e plantões 24h em outras regiões;

- Implantar o Projeto Patrulha Rural, com equipamentos específicos para atender as áreas de zona rural, com maior ocorrência de incidentes criminais;

- Ampliar o serviço de monitoramento eletrônico de presos que não configurem riscos reais para a sociedade com objetivo de reduzir a superlotação carcerária;

- Melhorar a gestão do sistema prisional para reduzir o déficit de vagas e aumentar a oferta de serviços de ressocialização, buscando parcerias com a iniciativa privada na implantação de novas unidades em sistema de cogestão;

- Implementar um programa de profissionalização da gestão da segurança pública;

- Ampliar a integração das polícias civil e militar por meio do modelo de gestão de Áreas e Regiões Integradas de Segurança Pública;

- Melhorar a capacidade de atendimento emergencial do CBM em todo o Estado.

A gestão ambiental será orientada pelo conceito de desenvolvimento sustentável, e utilizará abordagem sistêmica na qual se buscará viabilizar meios para harmonizar a recuperação e a conservação ambiental e o desenvolvimento econômico sustentável.

A intensificação do uso de recursos naturais (solo, água, ar, florestas e demais ecossistemas) já introduziu preocupações em âmbito global, especialmente em relação às problemáticas que se expressam nas mudanças do clima.

Os investimentos em tecnologias e em infraestrutura adequada, bem como a regulação e a difusão de conhecimentos especializados para escolhas de processos produtivos e comportamentos de consumo compatíveis com a recuperação e conservação dos recursos naturais, será a orientação estratégica da gestão pública.

Além das ações dos órgãos com responsabilidades na área ambiental, todos os demais órgãos e programas de governo deverão incorporar a cultura do desenvolvimento sustentável como valor estratégico e uma orientação para as políticas de desenvolvimento.

O sistema de gestão ambiental do Espírito Santo deve prever um arranjo institucional inteligente, que tenha condições estruturais de conduzir de forma ágil e eficaz e participativa agendas de grandes eixos temáticos, como atividades potencialmente poluidoras e degradadoras (agenda marrom), gestão e infraestrutura hídrica (agenda azul), gestão florestal (agenda verde) e mudanças climáticas. A política deve ser orientada por uma gestão técnica, com inovações e parcerias entre os diversos entes do sistema, com a comunidade acadêmica e principalmente com os municípios.

A política ambiental será fundamentada em gestão técnica e participativa, com capacidade e agilidade de respostas para as interações entre os diversos processos produtivos e o equilíbrio dos ecossistemas. Deverá induzir o desenvolvimento de uma cultura de sustentabilidade onde a visão integrada e holística dos processos ambientais seja uma rotina diária na vida de todos.

Dentre as ações a serem implementadas estão:

- Aumentar a capacidade de resposta dos órgãos ambientais para agilizar

os processos de licenciamento ambiental e outorga para o uso de recursos hídricos;

- Utilizar abordagem de planejamento, com bases técnicas e científicas, e desenvolver políticas públicas que considerem o bem-estar das pessoas e do ambiente;

- Desenvolver programas com orientação para o manejo adequado do solo e fomento a implantação de arranjos produtivos, a exemplo de sistemas agroflorestais e agroecológicos, que melhorem a renda, a função ambiental e a produção de água;

- Consolidar o sistema de gerenciamento de recursos hídricos por meio da implementação de seus instrumentos de gestão e do fortalecimento dos Comitês de Bacia Hidrográfica;

- Fomentar e gerir a infraestrutura hídrica por meio da construção e gestão de barragens e reservatórios para contribuir para a segurança hídrica;

- Fortalecer o Programa Reflorestar e Modernizar o mecanismo de pagamento por serviços ambientais como forma de induzir à recuperação de ecossistemas frágeis e a recuperação de áreas degradadas;

- Implementar programas de mitigação às emissões de gases de efeito estufa (industrial, geração de energia e sequestro de GEE nas florestas e na agricultura e pecuária) e adaptação aos impactos das mudanças climáticas, em especial cuidado com os eventos extremos (secas e inundações) nas cidades e no campo, através do fortalecimento das defesas civil estadual e municipal;

- Apoiar projetos que visam o reaproveitamento de resíduos industriais, consultoria ambiental, equipamentos para controle ambiental e tratamento do lixo urbano, além de programas voltados para a consolidação do setor econômico de produtos e serviços ambientais, especialmente em seus investimentos em inovação e geração de renda e emprego;

- Apoiar e incentivar programas de coleta seletiva e apoiar as associações de catadores, prevendo ações para utilização da lei geral das micro e pequenas empresas como forma de dinamizar um ambiente de economia solidária;

- Implantar programas de reciclagem de resíduos;
- Ampliar os investimentos em programas de saneamento, implementação e gerenciamento de obras hídricas e locação/adequação de estradas na região;
- Desenvolver iniciativas que utilizem as unidades de conservação como alavancas regionais para o ecoturismo e a educação ambiental;
- Apoiar as iniciativas de produção de energias renováveis, projetos que utilizam energia limpa e de eficiência energética;
- Fomentar e exigir ações para melhora de indicadores da qualidade do ar, principalmente na região metropolitana;
- Investir na despoluição das praias, rios e ecossistemas litorâneos;
- Apoiar a arborização nos centros urbanos;
- Fortalecer o Geobases e o Sistema de Monitoramento Hidrometeorológico do estado.

Apesar dos esforços dos últimos anos, persiste um significativo déficit habitacional e ele se concentra, essencialmente, na população de baixa renda. Os programas existentes não foram suficientes para mudar de forma expressiva a realidade da habitabilidades das pessoas.

Desenvolver linhas de ações que reduzam o déficit habitacional, de forma integrada com as demais políticas públicas, levando em conta os levantamentos. Os programas de construção de moradias nas áreas urbana e rural, em parceria com as prefeituras municipais, serão mantidos e ampliados em várias regiões, de demandas, incluindo aquelas referentes às necessidades de realocação por desastres da natureza.

A integração com as demais políticas de governo, de que são exemplo a mobilidade urbana, saneamento ambiental, saúde, educação, esporte, lazer e cultura, deverá ser uma condicionante do planejamento. Seguem algumas anotações para posteriores desenvolvimentos e construção do portfólio de projetos:

- Implantar programa, em parceria com os governos municipais e federal, para construção e melhorias de unidades habitacionais para a população de baixa renda;
- Fortalecer a Regularização Fundiária;
- Apoiar os municípios na elaboração dos planos de gestão de riscos.

Nos últimos anos, a questão da mobilidade tornou-se central para o planejamento das cidades e, principalmente, para a qualidade de vida dos cidadãos. A construção e ampliação de vias, investimento em mobilidade ativa (calçadas, ciclovias, ciclofaixas, bicicletários, bicicletas compartilhadas), novos modais de transporte integrados, priorização do transportes coletivo por meio de faixas e corredores exclusivos, melhoria da acessibilidade, facilidade de acesso aos sistemas de transporte público (bilhete único) e melhoria dos equipamentos (Abrigos e Terminais de Ônibus) são objetivos inquestionáveis e prioritários para os planos de governo em todos os níveis. De fato, as administrações municipais não podem mais, sozinhas, dar conta dessa nova realidade das aglomerações urbanas, embora grande parte das soluções esteja em sua competência. A cooperação e coparticipação entre instâncias dos governos no planejamento e na viabilização de recursos para os investimentos tornaram-se indispensáveis.

Assim, considerando que a gestão urbana, por ser um fator essencial para todas as atividades humanas e ser um elemento fundamental para o desenvolvimento econômico e qualidade de vida da população; além de ter um papel decisivo na inclusão social, entendendo que a ação isolada de municípios não é suficiente diante de desafios tão complexos.

Assim o Governo do Estado tem um papel fundamental no fomento da mobilidade urbana como instrumento de inclusão social e melhoria da qualidade de vida de toda a população do Espírito Santo. Todas as cidades deverão ter atenção especial com esta questão, claro, cada uma com seus problemas locais e regionais tratados e priorizados, mas principalmente na Região Metropolitana da Grande Vitória, onde, com seus quase 2 milhões de habitantes, observou-se a situação da mobilidade se degradar nos últimos anos (degradação do transporte coletivo, congestionamentos), e conseqüentemente, o que tem afetado negativamente a qualidade de vida da população.

A mobilidade urbana, hoje, precisa ser encarada como um serviço social fundamental para população, de forma moderna, integrada com as cidades, onde as pessoas passam a ser o centro das atenções, deixam de ser tratadas somente como usuárias e passam a ser clientes que tem o poder de escolha e um propósito nos seus deslocamentos diários. Portanto, o conceito de MAAS "Mobility as a Service", mobilidade como um serviço, precisa ser considerado em quaisquer projetos de mobilidade, criando uma sinergia entre o cliente

e os meios de transportes, ofertados de forma acessível e integrada, dando opções a todos, onde as pessoas se sintam inseridas e contempladas.

Principais aspectos que um plano de mobilidade deve ter nos dias de hoje:

- Promover a integração física e tarifária entre todos os modais de transporte (ônibus municipais e metropolitano, BRT, aquaviário, mobilidade ativa e novas tecnologias de transporte, bicicletas compartilhadas);
- Promover o acesso pleno ao sistema (novas formas de pagamento, facilidades na aquisição de créditos e no deslocamento – Bilhete Único Metropolitano);
- Proporcionar a melhoria dos equipamentos públicos (terminais e abrigos de ônibus, bicicletários, estacionamentos, tecnologia, paraciclos);
- Realizar investimentos em Mobilidade Ativa, estimulando o uso de meios alternativos, como por exemplo o uso de bicicletas (implantação e melhorias de ciclovias, ciclofaixas, passeios, entre outros);
- Introduzir o conceito “LastMile” (última milha), criando uma infraestrutura de transporte secundária de acesso ao sistema de transporte troncal (principal), ou seja, um novo conceito de mobilidade, com um sistema integrado e novas alternativas de transporte, conectando as regiões/bairros aos terminais através de infraestrutura de ciclomobilidade, passeios público, linhas de ônibus alimentadoras, estacionamentos rotativos, táxi e transporte por aplicativos;
- Criar um sistema de mobilidade atrativo para toda população, possibilitando novas experiências aos usuários do transporte individual, estimulando sua migração para o transporte coletivo;
- Apoiar o planejamento do transporte urbano para otimizar o atendimento das demandas do ponto de vista de tempo, das principais rotas de moradias/destinos e de conforto, com o objetivo de facilitar a substituição crescente do transporte individual pelo coletivo;
- Estimular o uso de veículos ou tecnologias que reduzem as emissões de gases e outros danos ambientais;

- Apoiar as administrações municipais, tendo em vista o planejamento e sinalização do tráfego urbano, bem como a municipalização do trânsito e o desenvolvimento do transporte coletivo e mobilidade ativa;
- Estimular e apoiar a elaboração de planos de mobilidade urbana, melhorando, assim, as condições de mobilidade das cidades e a possibilidade de captação de recursos;
- Priorizar o Transporte Coletivo de Ônibus por meio de faixas e corredores exclusivos;
- Dar continuidade as obras de mobilidade paralisadas e em andamento na Grande Vitória.

O desenvolvimento de uma Política social inovadora, justa e humanista é uma das bases definidas em nosso governo para a construção de uma nova realidade social. Ao longo do nosso governo (2011-2014), desenvolvemos varias ações de combate às causas da pobreza tais como: o Programa Nossa Casa, que construiu mais de 4.700 moradias, com investimentos superiores a R\$ 133 milhões, repasse de R\$ 67,3 milhões ao Fundo Estadual de Assistência Social e R\$ 78,1 milhões ao Fundo de Combate à Pobreza, a construção de 59 CRAS, o Programa de Capixaba de Redução da Pobreza – INCLUIR e o Projeto Bolsa Capixaba, conjunto de investimentos na inclusão social que fizeram com que o Espírito Santo fosse o Estado que mais reduziu a pobreza, alcançando um índice de 55,4%. Outro programa de destaque nesta área foi o CNH Social, um programa que se destina a facilitar o acesso de pessoas de baixa renda à CNH, com a oferta de 25 mil vagas, possibilitando a muitas pessoas uma nova profissão. Continuar e ampliar políticas sociais que ajudem aos capixabas que mais necessitam do apoio do estado é o nosso compromisso para o período de 2019-2022, sendo assim propomos as seguintes ações para compor o portfólio de projetos:

- Ampliar a oferta de vagas no programa CNH Social;
- Manter e ampliar a política de combate à pobreza e extrema pobreza;
- Manter o custeio da assistência social, via Fundo da Assistência Social;
- Preparar segmentos (as pessoas) que se encontram em condição de pobreza para inserção no mercado de trabalho e renda;
- Articular as políticas sociais, educacionais e de saúde como estratégia de atendimento das famílias de maior vulnerabilidade social;
- Garantir que programas educacionais e de formação básica profissional façam parte e adquiram prioridade numa estratégia de erradicação da pobreza;
- Estimular estágios para estudantes das áreas afins em territórios de alta vulnerabilidade social;
- Mobilizar e atrair o setor empresarial e as organizações não governamentais para participarem do esforço de erradicação da pobreza no Espírito Santo;

- Retomar o Programa “Incluir” para a redução da extrema pobreza;
- Fortalecer o PAIF, Programa de Atenção Integral à Família;
- Fortalecer a Rede SUAS, contemplando as suas proteções: básica e especial;
- Fortalecer a política de Segurança Alimentar e Nutricional.

Este é um segmento da população que exige atenção muito especial, em razão das profundas mudanças observadas como consequências do elevado grau de urbanização alcançado pela sociedade brasileira.

A vulnerabilidade social da população jovem ampliou-se devido a diversos fatores, valendo destacar pelo menos três deles: a baixa atratividade que as escolas atuais apresentam para os jovens, as dificuldades de ingresso no mercado de trabalho e a atração exercida pela criminalidade, que já contabiliza parcela significativa de jovens em conflito com a lei.

No que diz respeito à escola, reconhece-se sua centralidade em relação aos fatores agravantes das condições de vida e evolução da juventude. Por isso, será necessário realizar um grande esforço próprio e junto aos governos federal e municipais, para ampliar a oferta de vagas no ensino médio e, principalmente, no ensino profissional médio e universitário. Em paralelo, a “comunidade da educação” será estimulada a tornar a escola mais atraente, seja revisando currículos, seja desenvolvendo novas práticas pedagógicas ou, ainda, ofertando atividades esportivas e culturais, também fundamentais para uma formação humanística mais adequada. O ensino profissional das áreas tecnológicas deverá merecer prioridade, tendo em vista a redução de significativas deficiências verificadas em nosso Estado neste segmento de ensino, além da importância para o ingresso no mercado de trabalho.

Algumas outras ações específicas devem ser implementadas, com foco em problemas que afetam em particular a juventude rural e jovens negros:

- Fortalecer o Conselho Estadual de Juventude para participação ativa nas discussões das políticas destinadas à juventude;
- Criar o programa Orquestra Jovem;
- Apoiar o acesso dos jovens à terra, ao crédito e aos meios de produção, à educação básica profissionalizante e às novas tecnologias;
- Fomentar a inserção profissional formal de jovens em situação de vulnerabilidade social;
- Apoiar o desenvolvimento do espírito empreendedor e o estímulo ao associativismo, qualificando os jovens para a gestão de organizações familiares e de pequenos negócios;
- Incentivar a formação tecnológica dos jovens rurais, através do apoio técnico e financeiro à rede de escolas que adotam a pedagogia de alternância

(Escolas do MEPES);

- Fortalecer os programas de bolsas para os jovens de baixo renda cursarem o ensino superior e participarem dos programas de mestrado e o doutorado;

- Manter e aperfeiçoar os programas de estágios nas instituições públicas;

- Ampliar as oportunidades dos jovens participarem de atividades culturais, esportivas e de lazer;

- Implementar ações especiais visando facilitar o acesso e permanência, bem como a melhoria do desempenho de jovens da população negra, indígena e demais grupos em situação de vulnerabilidade social em todos os níveis da formação escolar;

- Intensificar as ações de enfrentamento à violência contra a população jovem, com prioridade para juventude negra;

- Humanizar dos espaços para uso das famílias e dos jovens (parques, praças, parklets, entre outros).

A heterogeneidade da sociedade brasileira, quando considerados níveis de renda, níveis educacionais, condições de habitação, origens étnicas ou culturais acabam condicionando também um acesso muito desigual ao mercado de trabalho, ao mercado de consumo e o acesso aos direitos fundamentais.

Portanto, neste objetivo estratégico se integrarão os programas e projetos com metas de enfrentamento da exclusão social nas vertentes ainda não abrangidas nos demais eixos estratégicos. Os programas focalizados aqui buscam metas relacionadas aos estímulos à participação social, a consolidação da cidadania, o combate a qualquer tipo de discriminação, o conhecimento e a garantia dos direitos fundamentais, bem como a facilitação do acesso ao emprego.

A seguir alguns programas e projetos que compõem este objetivo estratégico:

- Fortalecer o Conselho Estadual de Direitos Humanos para propor e acompanhar perante os órgãos estaduais e municipais o tratamento das denúncias de atos de violência e discriminação em razão raça, cor, orientação sexual, religião e situação social;
- Implementar ações destinadas a concretizar os direitos, a igualdade e a dignidade das mulheres, da população negra e indígena, da população LGBT, da população em vulnerabilidade em relação ao tráfico de drogas;
- Ampliar o acesso a serviços e políticas públicas para populações vulneráveis;
- Fortalecer a Defensoria Pública como instrumento de defesa pública;
- Reativar o Programa “Rede Abraço” para acolhimento digno às famílias e pessoas em situação de rua em razão de dependência química;
- Capacitar os servidores públicos na temática de direitos humanos;
- Implantar atividades integradas por diversas áreas de maior vulnerabilidade, com o propósito de enfrentar a exclusão e violência social de forma abrangente e sistêmica;
- Ampliar o acesso aos serviços de atendimento ao cidadão (documentação, orientação social, jurídica, defesa do consumidor e outros).

A principal diretriz para elaboração dos projetos e programas neste campo deve ser a prevalência do desenvolvimento humano. Assim, as atividades que serão apoiadas pelas políticas de governo devem visar à criatividade, o lazer, a saúde física e mental. Tais propósitos, no entanto, devem considerar as possibilidades de geração de emprego, renda e inclusão social, sendo parte integrante do desenvolvimento econômico regional.

Além disso, as atividades culturais, esportivas e turísticas têm elevada capacidade de projetar a sociedade capixaba para além de suas fronteiras, o que é importante também para os demais segmentos da sociedade. Ainda deve ser considerada a importância da preservação dos costumes, monumentos e outros bens culturais ou históricos.

Os programas neste tema deverão ser desenvolvidos com base nas seguintes linhas:

- Promover e apoiar ações de proteção ao patrimônio histórico e cultural;
- Estimular iniciativas que visem à afirmação da cultura como elemento de identidade da população capixaba;
- Ampliar os mecanismos de fomento à produção artística, em suas diferentes manifestações: música, literatura, artes cênicas, artes plásticas;
- Garantir programas e investimentos destinados à proteção e valorização do folclore como patrimônio cultural;
- Estimular as práticas de esportes para crianças e jovens, especialmente nas escolas públicas, focalizando em cada cidade as modalidades esportivas mais compatíveis com os interesses e oportunidades existentes na localidade;
- Promover eventos e competições esportivas com amplo envolvimento da juventude;
- Apoiar atletas com potencial para atividades esportivas de alto desempenho e seus técnicos em Centros de Treinamento;
- Estimular as práticas desportivas, a criação de escolas e centros esportivos no Estado;
- Construir equipamentos públicos, em parceria com os municípios, para a prática desportiva nas diferentes regiões do Estado;
- Estimular a inclusão de jovens com deficiência nas diversas modalidades esportivas;

- Ampliar os Jogos escolares, inclusive na modalidade paraolímpicos;
- Promover e apoiar eventos culturais com o objetivo de difundir e estimular a integração das manifestações culturais das diversas regiões do Estado;
- Promover e apoiar a reestruturação e reforma dos espaços culturais de importância histórica para a cultura capixaba;
- Realizar ações para divulgação do Espírito Santo como destino turístico;
- Apoiar as iniciativas que promovam o turismo religioso, esportivo, de lazer, agroturismo, ecoturismo, de negócios, dentre outros;
- Estimular a capacitação permanente de mão de obra para a atividade turística e cultural;
- Incrementar a articulação entre a cadeia do turismo e outras cadeias produtivas, visando gerar novos negócios e rotas turísticas locais;
- Criar parcerias com os municípios para conservação e melhorias em equipamentos turísticos.

EMPREGO, TRABALHO E RENDA

Quando governamos o Espírito Santo implementamos um conjunto de ações direcionadas para a melhoria da oferta de qualificação social e profissional. Com foco no desenvolvimento regional e atenção especial aos segmentos em situação de vulnerabilidade social instituímos programas de qualificação profissional, ao mesmo tempo em que desenvolvemos políticas e linhas de créditos especiais para fortalecer os empreendimentos solidários e os pequenos e médios negócios.

Nesta nova fase a prioridade da nossa gestão será retomar a geração de emprego, trabalho e renda no ES. No primeiro mandato terminamos o Governo como uma taxa de desemprego de 6,5% em 2014. Em 2018 a taxa de desocupação no Espírito Santo já chega a 12,5 %, com 264 mil cidadãos capixabas a procura de emprego sem encontrar e, com isso, sem obter renda para seu sustento e de suas famílias. Isso sem contar os milhares que já desistiram de procurar emprego e vivem de trabalhos eventuais e precários, sempre na incerteza de saber se terão renda no mês seguinte. A realidade atual impõe medidas urgentes para dinamizar novamente a economia capixaba e gerar postos de trabalho de qualidade e em quantidade suficiente para reduzir drasticamente esse alarmante nível de desocupação de nossa população, além de outras de caráter estruturante com impactos duradouros, como programas que elevem significativamente o nível de empregabilidade de todos os nossos trabalhadores.

Neste sentido, vamos enfrentar esse desafio em duas frentes simultâneas: (i) ações diretas com aplicação de recursos do orçamento do estado e (ii) ações conjuntas com governo federal, prefeituras e iniciativa privada criando estímulos para geração imediata de postos de trabalho e retomada do crescimento sustentado, fazendo o ES voltar ao rumo do desenvolvimento que foi perdido nos últimos 4 anos.

Além das diversas iniciativas já mencionadas ao longo deste programa de governo, que trazem impactos positivos na geração de emprego, trabalho e renda, cabem destaque algumas medidas que terão prioridade na nossa gestão, a saber:

- Promover a ampliação das políticas públicas de geração de emprego e renda e das relações do trabalho;
- Fortalecer política de incentivo e qualificação de empreendedores familiares e pequenos negócios;
- Integrar o arranjo institucional de apoio ao desenvolvimento para criar sinergias, agilidade de decisão, consensos de prioridades e, sobretudo, para viabilizar um ambiente econômico atraente e favorável à inovação e ao aproveitamento das oportunidades decorrentes dos investimentos nos setores de petróleo, gás e energia;

- Executar os programas de apoio ao desenvolvimento do agronegócio capixaba: café, fruticultura, pecuária leiteira, avicultura, olericultura e silvicultura;
- Estruturar programas de assistência técnica e financiamento à expansão dos micros, pequenos e médios negócios: móveis, vestuário, avicultura, pecuária leiteira e laticínios, cafeiculturas, fruticultura, suinocultura, rochas ornamentais e turismo e economia verde, entre outros;
- Incentivar a integração entre os pequenos negócios e os grandes empreendimentos a partir da implantação de um programa para estimular as grandes empresas a adquirirem matérias primas e insumos fornecidos pelas pequenas empresas locais, e ao mesmo tempo impulsionar a qualificação dos pequenos negócios e a formação de redes associativas, possibilitando o fornecimento de suprimento às grandes empresas;
- Apoiar o processo de internacionalização das micro e pequenas empresas;
- Identificar o mercado de potenciais fornecedores e compradores de produtos e serviços para as micro e pequenas empresas;
- Fomentar a infraestrutura para integração da cadeia produtiva da agroindústria familiar e os centros de demanda por meio dos eixos de desenvolvimento regionais;
- Estimular espaços urbanos públicos destinados à comercialização dos produtos advindos da agroindústria (cooperativa) familiar e de sistemas agroecológicos, com incentivo à padronização da certificação de garantia de origem e processo produtivo;
- Estimular a criação de espaços destinados à articulação da economia solidária (Secretarias, Conselhos, entre outros) nos municípios;
- Criar uma política de comercialização e centrais de distribuição de produtos da economia solidária e agricultura familiar;
- Desenvolver linhas de crédito, investimento e políticas de financiamento dos empreendimentos econômicos solidários;
- Apoiar iniciativas de criação de cooperativas de crédito como instrumento de apoio ao desenvolvimento local;
- Ampliar a inclusão da pessoa com deficiência e necessidades especiais no mercado de trabalho;
- Desenvolver ações de Qualificação Profissional voltadas às novas bases tecnológicas;

- Retomar os investimentos em obras de infraestrutura (transportes, energia, telecomunicações, saneamento, entre outros), intensivos em mão-de-obra, usando recursos do orçamento do estado, concessões e parcerias com o setor privado, além de buscar junto à União novos recursos via convênios;

- Melhorar o ambiente de negócios no Espírito Santo para atrair novos investimentos privados por meio de diversas medidas de natureza microeconômicas, sociais e regulatórias como: redução da burocracia, melhoria da infraestrutura física e social, melhoria da qualificação da mão-de-obra local, maior celeridade na análise de licenças ambientais, maior agilidade na concessão de autorizações de responsabilidade do estado, maior facilidade de acesso ao crédito nos órgãos de fomento do estado, dentre outros;

- Aumentar o volume de recursos disponíveis nos órgãos de fomento (como BANDES) para financiamento de projetos de maior impacto na geração de emprego e renda no estado, bem como facilitar o acesso de micro e pequenas empresas a estes recursos;

- Criar linhas de financiamento a custos diferenciados para regiões de menor desenvolvimento, visando a estimular a redução das desigualdades entre as diversas regiões do estado;

- Criar o programa “Parceria pelo Emprego”, ampliando os recursos disponíveis nos fundos existentes, priorizando a aplicação dos recursos em projetos intensivos em mão-de-obra;

- Criar o Programa “ES 4.0”, com o objetivo de incentivar projetos e atrair empresas de setores ligados à nova economia, notadamente de setores de alta tecnologia, automação, robótica, biotecnologia, novos materiais, química fina, dentre outros, por meio de desenvolvimento de capacitações de nossos trabalhadores para as novas exigências do mercado, além de investimentos em pesquisa e desenvolvimento;

- Fortalecer os pólos empresariais já implantados e criar novos pólos nas diversas microrregiões do estado;

- Estimular e fortalecer o Programa Estadual de Parcerias Público Privadas;

- Reestruturar e ampliar o programa “InvestES”, priorizando projetos sustentáveis e intensivos em geração de emprego e renda.

O desenvolvimento mundial, neste século, crescentemente se baseia na incorporação do conhecimento como fonte de geração de novos produtos e serviços. A inovação se destaca como principal elemento gerador de competitividade e de novos negócios. Assim, os espaços geográficos onde se encontram importantes instituições geradoras de conhecimento e recursos humanos altamente qualificados, tornam-se também atraentes para empreendimentos caracterizados pela alta agregação de valores. A inovação é um processo social e o Setor Público tem uma função determinante na introdução dessa cultura. Isso é particularmente relevante para o Espírito Santo, dado o seu atraso relativo neste campo e o fato de, atualmente, sua economia ser muito dependente da produção de commodities. A inclusão de novos sistemas de produção, capazes de reduzir a dependência da economia estadual do mercado internacional, incluir vários espaços e camadas sociais hoje à margem dos benefícios do progresso, requer investimentos em infraestrutura e em recursos humanos visando à construção de uma rede eficiente de ciência, tecnologia e inovação.

O termo “Inovação e Empreendedorismo” se consagrou nas últimas décadas no Brasil e no mundo, com sucessos nascidos no Vale do Silício, nos EUA, como Google, Facebook e Instagram, mas ainda não ocupam o espaço de importância nas Políticas Públicas como deveriam.

Temas como transformação digital, inclusive no setor público, startups, investimento anjo, capital de risco e internacionalização de serviços digitais precisam fazer parte do dia a dia nessa nova realidade econômica. O Espírito Santo nesse sentido quer e estará cada dia mais engajado nessa transformação. Nosso governo entende e será protagonista no fomento desses temas, bem como criando a base para que os talentos capixabas ganhem o mundo.

A solução para esta situação que, à primeira vista se apresenta como sendo altamente complexa, é na verdade mais simples do que pode parecer. Incluir a Inovação e o Empreendedorismo como Política Pública em um programa de governo se justifica porque trarão qualidade de vida a população e dinamismo para nossa economia. É o bem público em prol de todos.

São inúmeros os exemplos de governos nacionais, estaduais e municipais que elaboraram programas de governo na área e que estão mudando a realidade local. Esse é o nosso propósito: resultados que possam transformar nossa realidade, colocando o ES no mapa do que inovam de verdade.

O mais importante fator de sucesso nesse processo de implantação, consolidação e perenização da cultura inovadora em um Ecossistema estadual está no diálogo e na construção de políticas fortes.

Por isso tudo e visando apresentar uma proposta de Plano de Governo foi elaborado este roll de ações concisos. A forma como o mesmo foi elaborado permitirá obter resultados favoráveis a curto e médio prazo.

A descrição de cada uma das ações foi feita de forma sumarizada neste documento mas para cada uma será criado um plano de trabalho detalhado com identificação da equipe responsável pela sua implantação e manutenção com suas respectivas funções visando realizar as entregas previstas com excelência e dentro dos prazos estabelecidos.

Propostas:

- Fortalecer a Inclusão digital na rede estadual, por meio de programas para diferentes realidades do Estado;
- Buscar parcerias com centros de excelência do conhecimento nacionais e internacionais para a troca e o desenvolvimento de novas tecnologias;
- Reorganizar o ambiente de inovação do Espírito Santo, a fim de atrair novas empresas para fortalecer as vocações das 10 microrregiões , com o objetivo de gerar emprego e renda;
- Apoiar a implantação de Parques tecnológicos e Centros de Inovação;
- Fortalecer o programa de atração de empresas, incluindo as empresas digitais, para agregar uma nova matriz econômica estadual;
- Integrar ações das secretárias com foco na inovação da gestão pública;
- Estimular a formação de Startups tecnológicas.

O Brasil ainda apresenta enormes diferenças negativas, quando comparado com outros países, nos indicadores que medem qualidade e taxas de matrícula em relação à população alvo. Fato observado para todos os níveis de ensino, especialmente no nível universitário, embora sejam observados avanços recentes na cobertura de matrícula, particularmente nos níveis fundamental e médio. Os indicadores para o Espírito Santo o mostram próximo da média brasileira, ou, lamentavelmente, bem abaixo dos estados mais avançados, sobretudo quando observados os dados relativos à oferta de ensino profissional de nível médio e superior. Portanto, a ação do governo nesse campo ainda requer pesados investimentos e enorme competência criativa para a construção de projetos inovadores e capazes de superar, em prazo não muito longo, as deficiências. A proposta deste plano é enxergar a oferta de educação de forma sistêmica, provendo ações de expansão de oferta e melhoria de qualidade em todos os níveis, exercendo para tanto sua competência de ofertante de serviços e fiscalizador de qualidade. A oferta privada de ensino de qualidade deve ser estimulada para que os serviços públicos se expandam, prioritariamente, nos locais de presença da população de menor renda.

Propostas:

- Firmar parceria com o sistema "S", destinado para alunos do ensino médio, com a finalidade de ampliar a oferta de educação profissional e tecnológica;
- Criar o Programa QualificarES, destinado para Jovens e Adultos, que já concluíram o ensino médio e querem aprender uma profissão;
- Ampliar o acesso ao ensino superior e profissional no interior do Estado.

A política de desenvolvimento regional terá como diretriz o equilíbrio do desenvolvimento em todo estado, buscando potencializar os arranjos produtivos existentes e gerar novas oportunidades. O Espírito Santo possui um parque de empresas que cobre amplo leque de segmentos. Há empresas de grande porte, protagonistas do mercado mundial nos setores de aço, petróleo e celulose, que respondem por parcela expressiva do PIB e do mercado local de compras corporativas, importantes também para o fortalecimento das pequenas e médias empresas fornecedoras. A ação de governo se orientará pela busca do equilíbrio e irá contemplar ações bem estruturadas, focadas na busca de investidores capazes de consolidar ou adensar cadeias produtivas já existentes. Assim, a política de incentivos e as instituições estaduais de financiamento serão orientadas para esta atuação especializada e proativa, em lugar de apenas reagir a eventuais demandas.

As medidas e ações de apoio ao investimento terão os seguintes campos de atuação: infraestrutura, formação de recursos humanos, política de gestão fiscal, programas de financiamentos e apoio à inovação.

Do ponto de vista setorial, será dada atenção ao setor de prestação de serviços e setores produtivos. No segmento rural, a agricultura familiar – principal fornecedora de alimentos no Estado – deve ser ainda mais estimulada, com assistência técnica e financiamento. Na agricultura, há ainda a produção de café, uma *commoditie* que será estimulada a crescer em produtividade e qualidade, sobretudo com o reconhecimento conquistado pelo Espírito Santo como produtor de bebida especial, com maior valor agregado.

As principais ações, dentre outras, para contribuir com o desenvolvimento regionalmente equilibrado são:

- Estabelecer parcerias com os municípios para a elaboração e implantação de planos de desenvolvimento municipais, conectados com planejamento regional e estadual, com vistas a fortalecer o desenvolvimento local;
- Fomentar a integração do planejamento estadual com os planejamentos regionais e setoriais de forma a promover sinergias entre as diversas cadeias produtivas e distribuir de maneira equilibrada o desenvolvimento sustentável em todo o estado;
- Viabilizar infraestrutura para o atendimento às necessidades sociais das cidades e regiões mais carentes;
- Estruturar programas de assistência técnica e financiamento à expansão de micro, pequenos e médios negócios: móveis, avicultura, pecuária leiteira e laticínios, fruticultura, suinocultura, apicultura, rochas ornamentais, turismo, cafés especiais, dentre outros;

- Estruturar programa de apoio à instalação de centros de facilitação para as diversas cadeias produtivas do estado;
- Planejar e articular os investimentos em infraestrutura aproveitando o potencial regional para a dinamização da economia local;
- Executar os programas de apoio ao desenvolvimento do agronegócio capixaba: café, fruticultura, pecuária leiteira, avicultura, olericultura e silvicultura, dentre outros;
- Incentivar a vinda de empresas para o Espírito Santo de forma organizada, coordenada e sustentável;
- Criar condições para a melhoria da competitividade empresarial;
- Fomentar as micro e pequenas empresas relacionadas ao artesanato, catadores de resíduos, economia verde, economia solidária, entre outros.

O desenvolvimento agrícola sustentável se dará por apoio e incentivo a padrões produtivos modernos que garantam manutenção a longo prazo dos recursos naturais e da produtividade agrícola com um mínimo de impactos adversos ao meio ambiente, adoção de tecnologia para otimização das culturas com mínimo de insumos químicos e atendimento das necessidades sociais das famílias e das comunidades rurais.

A atividade agropecuária deve ser valorizada pela importância econômica e social que exerce em todo o estado. O aumento da produtividade, o avanço tecnológico, o desenvolvimento de pesquisas e assistência técnica sempre foram marcas importantes de nossa agricultura com forte participação do governo do estado através de seus órgãos do sistema da agricultura: SEAG, INCAPER e IDAF que em parceria com pequenos e grandes agricultores fazem da agricultura um dos setores mais importantes de nossa economia, abastecendo não só o mercado interno, como também exportando nossos produtos.

A agricultura é um segmento com importância significativa na dinâmica econômica do estado. O café, a silvicultura, a pecuária, a fruticultura, a olericultura, dentre outras, são exemplos de culturas desenvolvidas aqui no estado com grande influência na geração de emprego e renda. O Espírito Santo apresenta alta diversidade de clima e solo que permitem cultivos de espécies de clima temperado, subtropical e tropical, esta potencialidade justifica a investimentos em pesquisa agropecuária aplicada e ações de incentivo à diversificação agrícola. O desenvolvimento sustentável na área rural do estado passa pela agricultura familiar, 80% das propriedades agrícolas do estado e 65% da mão de obra ocupada são de agricultores familiares, o que remete a uma atenção especial a este setor.

Dentre as ações propostas para o desenvolvimento agrícola sustentável destacam-se:

- Investir na construção da infraestrutura básica, inovação tecnológica, capacitação e assistência técnica para o agronegócio;
- Estimular a capacitação de agricultores para a inovação;
- Estabelecer política de estímulos efetivos à agricultura familiar e reestabelecer a efetividade da política de financiamento e assistência técnica;
- Adaptar os instrumentos da política de crédito às condições dos produtores rurais familiares. Estabelecer estratégias e políticas para aumentar a capacidade de gerar renda e empregos no campo;
- Apoiar institutos de pesquisa para desenvolver tecnologias voltadas

para a agricultura familiar e a inserção do agricultor familiar nas cadeias produtivas do agronegócio;

- Oferecer condições para que os agricultores familiares vendam seus produtos diretamente à agroindústria e aos mercados consumidores;

- Estimular a diversificação da produção pela inclusão de novos produtos;

- Fomentar a implantação de agroindústrias, de cooperativas e de outras formas de organização de agricultores, para permitir melhor condições de comercialização da produção, inclusive com a criação de indústrias rurais nas comunidades;

- Priorizar investimentos em logística, energia elétrica, telefonia, moradia e infraestrutura hídrica para o desenvolvimento agrícola;

- Executar os programas de apoio ao desenvolvimento do agronegócio capixaba: café, fruticultura, pecuária leiteira, avicultura, olericultura, silvicultura, entre outros;

- Apoiar o desenvolvimento do capital humano, em especial, do jovem rural, assim como a capacitação dos produtores mais carentes para o acesso aos serviços sociais e às oportunidades de mercados, segundo as vocações regionais;

- Estimular a agregação de valor aos produtos agropecuários, melhorando a renda dos produtores rurais e de suas famílias;

- Desenvolver programas de apoio a pesca e aos pescadores artesanais.

A logística vem exercendo papel fundamental no desenvolvimento do ES desde a segunda metade do século passado. A localização e as facilidades para implantação de estruturas portuárias integradas a acessos ferroviários e rodoviários foram fatores determinantes para a instalação dos principais parques industriais do estado na região metropolitana de Vitória, em Anchieta e em Aracruz. Também o recente desenvolvimento da indústria de óleo e gás no ES teve na logística um papel importante. E outros setores cresceram e se beneficiaram destas facilidades, principalmente a partir dos incentivos proporcionados pelo FUNDAP, criado pelo governo do estado com o objetivo de estimular as cadeias produtivas relacionadas ao setor de logística, que puderam crescer e incrementar a economia do ES.

As mesmas características que permitiram o crescimento acelerado da atividade logística e seu impacto positivo no desenvolvimento econômico e social do ES permanecem atrativas para empreendimentos ligados aos segmentos de óleo e gás, mármore e granito, mineração, agronegócio, contêineres e carga geral, principalmente. O ES ainda tem vantagens competitivas para atrair investimentos nestas cadeias produtivas e em infraestrutura logística para atendimento às necessidades destes segmentos. Mas para transformar tais vantagens em oportunidades concretas o ES precisará criar as condições necessárias para adequar sua oferta de infraestrutura logística às demandas que o novo cenário nacional e internacional impõem no momento atual e para os próximos anos.

Neste sentido, a agenda do próximo governo terá que contemplar medidas de naturezas e impactos diversos. Algumas podem ser tomadas diretamente pelo governo do estado, enquanto outras exigirão negociação com o governo federal.

No campo da energia, foco deve ser em garantir qualidade e segurança no fornecimento de energia no Estado, estimulando investimentos públicos e privados na expansão do sistema de geração e transmissão.

Na área de telecomunicações, prioridade à universalização do acesso à internet de alta velocidade em todo o Espírito Santo, de modo a permitir a criação de uma rede de comunicação de voz, imagem e dados integrando toda a população do estado às tecnologias mais modernas de conexão, e, além disso, aumentar significativamente a produtividade de diversos setores produtivos da economia capixaba.

Dentre as ações e programas prioritários nestas três áreas, cabe destacar: Na área de Logística

- Consolidar e atualizar todos os planos estratégicos da área de logística e transportes formulados recentemente pelos governos federal, estadual e municipais, e elaborar, partir do material existente e introduzindo novas análises e dados, um novo plano estratégico para os próximos dez anos, levando em conta os novos cenários internacional, nacional e local;
- Envidar esforços junto ao Governo Federal para que a construção da

EF 118, ferrovia que ligará as cidades do Rio de Janeiro e Vitória, no trecho capixaba seja concluída;

- Trabalhar conjuntamente com o governo federal e os estados de MG, RJ e BA para ampliar a conexão e integração do Espírito Santo com o Brasil e o mundo;

- Ampliar os investimentos na infraestrutura viária do estado, especialmente na interligação das diversas microrregiões do ES;

- Estimular investimentos em terminais portuários para o atendimento da cadeia do petróleo e gás, especialmente as atividades de apoio portuário à exploração de petróleo offshore na bacia do Espírito Santo;

- Investir na ampliação e manutenção das estradas vicinais;

- Apoiar a consolidação e ampliação de uma rede de aeroportos regionais;

- Atuar para acelerar os investimentos na duplicação da BR 101 e da BR 262.

Na área de telecomunicações:

- Investir na ampliação da infraestrutura de rede de telecomunicações e apoiar a iniciativa privada na integração de todas as regiões do ES (implantação de troncos de fibra ótica para expansão da cobertura via internet; construção de novas estações rádio base, dentre outros equipamentos);

- Ampliar o acesso as redes públicas (em praças, por exemplo) de conexão à internet.

Na área de energia:

- Viabilizar novo modelo de distribuição de gás natural, melhorando o fornecimento para as residências e garantindo o suprimento para o setor industrial;

- Estimular a co-geração de energia nas empresas consumidoras de óleo e gás natural;

- Elaborar novo planejamento para o setor de energia, com foco na expansão do parque gerador de energia, priorizando fontes renováveis como solar e eólica, inclusive de microgerações, pequenas centrais hidrelétricas com baixo impacto ambiental e usinas térmicas a gás natural, apoiando o setor privado nos investimentos nestas áreas;

- Elaborar e implantar um plano de eficiência energética no estado, estimulando a substituição de equipamentos e melhorias de processos operacionais que reduzam o consumo de energia nas indústrias.

GESTÃO MODERNA E INOVADORA

As medidas de resultados alcançados por uma gestão passam pelas entregas realizadas aos mais variados segmentos da população. Assim, o planejamento estratégico e o esforço para tirar o máximo retorno social dos recursos utilizados devem presidir a atuação de todos os dirigentes públicos comprometidos com as diretrizes de governo aqui propostas e com foco nos resultados diretamente para a população. Por esta razão, deve-se apoiar integralmente o planejamento de longo prazo, compreendendo a importância da visão de futuro na fundamentação das ações do presente e das conseqüentes propostas orçamentárias anuais, bem como a utilização das melhores práticas de gestão estratégica, fortalecendo a gestão para resultados, por meio da gestão de Projetos, Programas e Portfólio. Essa compreensão é que define as seguintes orientações para a elaboração das propostas básicas que irão compor o portfólio de projetos:

Propostas:

- Ampliar a Participação social no Planejamento Estratégico com a realização de Audiências Públicas presenciais e online;
- Aperfeiçoar continuamente a qualidade dos mecanismos de transparência e participação social;
- Criar o Painel de Indicadores Estratégicos do Estado, consolidando a Gestão por Resultados;
- Ampliar o uso de tecnologia para a oferta de serviços públicos, oferecendo vários canais de acesso e participação das pessoas no dia a dia da administração pública;
- Desburocratizar a Administração Pública, avançando na adoção das Tecnologias de Informação, Comunicação (TIC) e Inovação, para tornar mais eficientes os processos administrativos, gerenciamento de obras, compras, recursos humanos, simplificando e agilizando os processos e procedimentos que dependam da ação estatal;
- Otimizar o custeio da máquina pública (fazer mais com menos);
- Desenvolver Programa de Gestão de Pessoas implementando ações que foquem na valorização do servidor e no seu bem-estar, oferecendo melhores condições de trabalho, investindo na gestão do conhecimento, reestruturando carreiras e ampliando o diálogo;

- Implementar o Laboratório de Gestão Pública e Inovação, para melhorar e qualificar a gestão pública estadual, como espaço institucional de parceria e integração com vistas a dar respostas aos anseios e necessidades da população por um serviço público de melhor qualidade, contribuindo para consolidar o estado como referência em gestão pública;
- Desenvolver mecanismos de compartilhamento do conhecimento e das experiências da gestão com as administrações municipais;
- Fomentar o uso de estratégias de governança, como fóruns, comitês, acordos de parcerias ou conselhos, visando o alinhamento das políticas governamentais com as demandas populares, no plano estadual e nos recortes regionais;
- Fortalecer a ESESP, em busca do conceito de “Universidade Corporativa”;
- Estabelecer alianças estratégicas com instituições, entidades e escolas de governo em âmbito estadual, nacional e internacional, para a implementação de ações de formação em nível de pós-graduação *latu e strictu sensu* e de ações de inovação;
- Implementar e fortalecer os pólos municipais de capacitação, ampliando as parcerias com prefeituras e gestores municipais.

Assumimos o Governo do Estado em 2011 com o compromisso de imprimir uma gestão transparente e baseada na ética em todos os nossos atos. Esta sempre foi uma característica inquestionável de nossa gestão e de nosso modo de governar e agir em todas as esferas da vida pública e privada. Concluimos o mandato em 2014 com o reconhecimento de todos os capixabas de que não deixamos de cumprir nenhum preceito ético que norteou todo o nosso período a frente do executivo estadual, bem como de uma gestão amplamente transparente. Neste novo mandato vamos fortalecer ainda mais os instrumentos de controle e fiscalização, para garantir a transparência em todos os níveis do governo e não só assegurar o pleno exercício da ética na gestão da coisa pública no poder executivo estadual, mas também apoiar toda e qualquer iniciativa para combater a corrupção nos órgãos da administração federal revelados por operações do Ministério Público e da Polícia Federal nos últimos anos, como a Lava Jato.

Neste sentido, nosso programa traz algumas medidas fundamentais para garantir a ética e a transparência no nosso governo:

- Propor a criação do Sistema Estadual de Controle Social e Integridade Pública, para desenvolver políticas públicas de combate à corrupção e de promoção do controle social da gestão pública;
- Fortalecer o Conselho de Ética do Estado;
- Criar a obrigação para que pessoas jurídicas que participem de contratações públicas de grande vulto no estado tenham programas de integridade destinados a prevenir a ocorrência de atos de corrupção.

No tocante à gestão fiscal, alguns valores são considerados essenciais e inegociáveis: orçamento equilibrado; gastos autorizados somente com contrapartida de receitas garantidas; e investimentos com recursos públicos em projetos com retorno social comprovado e com garantia de fontes de financiamento para a sua manutenção, evitando desperdício de dinheiro público.

Na parte tributária, nossa meta é não aumentar a carga tributária e, por outro lado, manter a competitividade das empresas capixabas em relação aos procedimentos adotados pelos Estados vizinhos.

E acima de tudo, nosso compromisso é com a melhoria da produtividade do setor público capixaba em todos os níveis, fazendo mais com menos, cada vez melhor, por meio de uma gestão eficaz de todos os nossos recursos, inclusive humanos, especialmente no tocante à motivação de toda a nossa equipe na busca incessante da melhoria dos serviços públicos no Espírito Santo.

Com base nestes valores e compromissos, adotaremos uma gestão fiscal não somente primando pela austeridade nos gastos, mas também pela adoção de medidas efetivas para geração de novas fontes de recursos, além dos impostos, para financiar a manutenção e melhoria dos nossos serviços e dos investimentos necessários à retomada do crescimento no ES.

Dentre as principais medidas nesta área, propomos:

- Envidar esforços junto ao Congresso Nacional na revisão do pacto federativo, aumentando a parcela do Espírito Santo na distribuição dos impostos arrecadados pela união;

- Envidar esforços para rever a atual distribuição de royalties e participações especiais da exploração de petróleo e gás, aumentando a parcela correspondente aos estados produtores, como o ES;

- Criar o “Fundo para as futuras gerações”, com recursos provenientes de parcela dos royalties e participações especiais da exploração de petróleo e gás, preparando o estado para o momento em que o petróleo deixar de ter relevância na economia do ES, num conceito semelhante aos fundos soberanos de alguns países produtores de petróleo;

- Trabalhar junto à bancada do ES no Congresso Nacional para aumentar o número de municípios incluídos na área da SUDENE;

- Aprimorar os mecanismos de combate a sonegação e fraude na arrecadação de impostos estaduais.



***É HORA DE VOLTAR
A CRESCER***